



DESVIOS NA VACINAÇÃO: OS TRABALHADORES NÃO TÊM VEZ NO BRASIL



Enquanto a população enfrenta longas e arriscadas fila para a vacinação no Sistema Único de Saúde, na noite de 23 de março ocorreu em uma das garagens da empresa de ônibus metropolitanos de Belo Horizonte, Saritur, de propriedade dos irmãos Lessa, uma vacinação clandestina. Entre os vacinados estavam empresários e políticos e a lista, apreendida pela Polícia Federal no local, chega a 57 pessoas.

Quando o Governo Federal sancionou o Projeto de Lei (PL) 534/2021, que autoriza o setor privado a comprar vacinas contra a covid-19, deu brechas para que esse tipo de fato se torne corriqueiro, afinal, o setor privado é, por essência, dominado pela lógica da competição individualista. Enquanto houver vacinação de grupos prioritários, as vacinas adquiridas devem ser doadas aos SUS, depois a mercantilização das mesmas promoverá a desigualdade no acesso, com prejuízo aos mais pobres.

No entanto, o ocorrido na capital mineira é decorrente de desvios de vacinas do próprio SUS. A Secretária de Saúde do estado está envolvida em denúncias do Ministério Público de desvios e

vacinação de mais de 400 pessoas cujos nomes não aparecem no portal da transparência.

Os empresários do transporte impuseram uma triste realidade aos trabalhadores essenciais em todo o Brasil. Retiradas de linha, redução dos horários de ônibus, falta de higienização, de álcool em gel e ônibus lotados em plena pandemia, acelerando a contaminação. Trata-se de um setor fortemente organizado, com representação nos parlamentos.

Na ponta da exploração estão os motoristas que trabalham sob risco intenso de contaminação. Na própria empresa Saritur, com concessão de exploração de 35 linhas da populosa região metropolitana de BH, os trabalhadores realizaram greve por direitos mínimos como ticket refeição e pagamentos de férias, em março.

A ausência de um plano eficiente de vacinação no Brasil é determinação do imperialismo que controla a guerra comercial das vacinas, em benefício das grandes corporações da indústria farmacêutica. A burguesia brasileira, capacho desses interesses, cria mecanismos para se proteger enquanto a população morre.

NÃO DEIXEM QUE ENTREGUEM O PATRIMÔNIO DO POVO: CORREIO NÃO SE PRIVATIZA!

Nesta quarta-feira, dia 31 de março, o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Minas Gerais - SINTECT-MG, realizará uma Live, com a presença de representações sindicais dos Correios de várias partes do Brasil, para chamar atenção da importância de defender o serviço público no Brasil. O objetivo é debater a luta contra a privatização dos Correios em nível nacional. O Projeto de Lei 7488/2017, juntamente com o PL 591/2021 trazem em seus teores a destruição de um serviço público essencial para o povo que é o Correio. Os projetos visam a quebra do monopólio postal que vai literalmente acabar com o serviço postal principalmente para a população pobre.

A participação do trabalhador na divulgação para toda população é fundamental para desfazer as mentiras que o Governo fala sobre a Estatal e para organizarmos uma frente de luta com o povo para defender o serviço público para o povo.



É preciso alcançar a população através de lives, debates públicos, escolas, audiências públicas, parlamentares, movimentos sindicais, movimentos sociais, rádios comunitárias/locais, jornais físicos e televisivos e principalmente pela internet para alertar o quão importante é defender o serviço público, que é o único que de fato atende a população quando ela precisa.

***Não à privatização dos Correios!
Fora Bolsonaro e todo se governo!***

DÓRIA DRIBLA A LEI PARA REABRIR ESCOLAS



O governo João Dória (PSDB-SP) quer reabrir as escolas no pior momento da pandemia no estado. No dia 27, declarou, por decreto, a educação como atividade

essencial, com vistas a criar embates jurídicos com as prefeituras que mantém a suspensão das aulas presenciais.

Para não cumprir sentença judicial que proibiu atividades e aulas presenciais em todas as escolas públicas e privadas, Dória antecipou o recesso escolar da rede estadual. Por sua vez, muitas prefeituras não fiscalizam o cumprimento de decretos municipais que suspendem as atividades presenciais nas escolas, permitindo o funcionamento das redes privadas.

É preciso garantir condições de acesso ao ensino remoto para professores e estudantes e debater democraticamente o retorno seguro às aulas após a vacinação!

PRIVATIZAÇÃO DO SERPRO: O QUE DIZ MPF?

Para o Ministério Público Federal (MPF) a venda do SERPRO representará violação à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e à Lei de Segurança Nacional, pois referida lei impede que o tratamento de dados para segurança pública, defesa nacional e segurança do Estado seja realizado por entes privados. A análise do MPF é idêntica à dos trabalhadores, que estão denunciando o absurdo que representa privatizar esta estatal federal.

Além disto, o estatuto do Serpro estabelece que a empresa presta serviços relacionados à segurança nacional. O SERPRO é responsável, entre outros, pelo processamento de dados em sistemas como o do imposto de renda e do SIAFI (Sistema Integrado de



Administração Financeira), usado para o controle financeiro, patrimonial e contábil do governo federal.

Diga NÃO à privatização.